



CRÍTICA
marxista

ARTIGOS

Esboço para o estudo do ponto de vista da mercadoria na literatura brasileira

LUIZ RONCARI*

Do alto de seu posto nas Relações Exteriores, Guimarães Rosa sonha com um mosteiro leigo onde ele se pudesse tonsurar e viver entre metáforas e gatos. E já repararam como se alonga e se acinzentava como um puritano domingo escocês a face de Carlos Drummond de Andrade por trás da sua mesa de trabalho no Patrimônio Artístico?

Antonio Callado¹

Este ensaio é apenas um esboço, composto por linhas ainda um tanto forçadas, sobre um tema que poderia se constituir numa espécie de espinha dorsal para uma história interpretativa da literatura brasileira e que o autor considera que valeria a pena ser melhor pesquisado e desenvolvido².

Para uma antiga colônia que alcançou a independência sem grandes lutas, como foi o caso do Brasil, o processo de formulação de uma *identidade nacional* adquiriu algumas particularidades com relação ao modo como ele se deu em outras regiões coloniais e entre as próprias nações européias. O objetivo deste trabalho é

* Professor de Literatura Brasileira da FFLCH da Universidade de São Paulo.

¹ Antonio Callado, "As artes opostas de ganhar pão e escrever livros", *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, de 20 de maio de 1951.

² Uma primeira versão deste trabalho foi publicada em *Leitura*, revista do programa de pós-graduação em Letras e Linguística LCV – CHLA – UFAL, Maceió – nº 24 – jul./dez. de 1999 (ano de publicação 2002).



o de tentar mostrar como a literatura no Brasil participou desse processo muito de perto e colaborou com ele na produção de uma simbologia e de uma mitologia que o justificavam. Isso, em alguns momentos, porém, em outros, serviu também para fazer a sua crítica e procurou revelar sobre que bases questionáveis e relações deformantes ele se sustentava. Esse fato foi mais ou menos generalizado no ex-mundo colonial, pela importância que teve a literatura até meados do século XX, mas adquiriu contornos próprios em cada região onde se deu. Antes de tudo, devemos dizer que a literatura oscilou no Brasil entre assumir essa tarefa de participar da construção de uma nova identidade nacional, voltando-se programaticamente para a afirmação e promoção das suas características intrínsecas; e apreciar em profundidade o sentido e os efeitos da “modernização” dos costumes materiais e espirituais, que nada mais eram do que os da nova forma de integração da recém-inaugurada vida nacional no sistema capitalista (ou de comércio) internacional – e no que se convencionou chamar de neocolonialismo, sob a égide européia, primeiro, e americana, depois. O que está por trás de tudo isso, como o seu pano de fundo, é a passagem de uma sociedade colonial, escravista e patriarcal, como a brasileira (sem se esquecer de que esteve desde o início integrada a um moderno sistema de trocas mercantis internacional, porém internamente dominada por valores tradicionais, católicos, monárquicos e aristocráticos), para uma sociedade burguesa, com uma nova mentalidade mais bem ajustada a ela, tendo a produção de mercadorias e o capital como a forma dominante de riqueza. Porém, o foco da reflexão e o que nos interessa aqui é apreciar a capacidade que teve a literatura de captar e fixar a forma específica desse trânsito – o que se tornou posteriormente num trabalho do historiador, liberando-a para concentrar-se apenas na apreciação em profundidade de como ele foi humana e socialmente vivido. Entre nós, a literatura pôde voltar a sua atenção para observar como aquilo que era apresentado como universal, a realidade e os valores da vida burguesa – que entre nós aparecia como o “moderno”, em contraste com o que se vivia na antiga colônia, o “atrasado” – no Brasil se particularizava, na medida em que o que era tido como particular e traço de cultura, o que se convencionou chamar de “a cordialidade brasileira”, os valores familiares patriarcais, resistia à força universalizante, principalmente às idéias liberais e democráticas, que a crítica mais conservadora procurou confundi-las, considerando-as individualistas e românticas.

Como complemento disso, da relação complexa entre o moderno e o arcaico, o *nacionalismo* e o *liberalismo* (reconhecimento de uma identidade e de um contexto próprios e comunhão ideológica e comercial) apresentaram-se não só como ideários com orientações distintas e conflitantes, mas também como imperativos para a





sobrevivência das novas formações nacionais: tanto deveríamos saber resistir às pressões comerciais e políticas externas, como era vital para a sobrevivência do país enquanto nação independente a integração comercial e financeira. A literatura participou não só reflexivamente como também ativamente das tensões e discussões geradas por essas duas forças ideológicas, onde os homens procuravam as soluções para os novos problemas que enfrentavam, dividindo-se numa ou noutra direção: na de afirmação de uma identidade própria, apoiada na valorização da sua realidade particular, ou na da modernização rápida, abrindo-se para o comércio e adotando os valores universais do novo ideário liberal. Não se pode dizer que as nações centrais européias e os próprios EUA estiveram livres dessas tensões, ao contrário, elas estiveram no centro mesmo das duas Grandes Guerras. Mas, no mundo das ex-colônias ou da periferia, elas eram acrescidas de uma dificuldade: tanto o nacionalismo particularista como o liberalismo universalista eram totalmente estranhos ao seu passado tribal, comunal, colonial e escravista das casas-grandes; assim, o *velho* com o qual o *novo* se confrontava não vinha de uma realidade feudal (trabalho servil e sociedade aristocrática) e monárquica, ele era escravista e colonial (além de indígena, tribal, marginalmente). Portanto, os ideários nacional, liberal e democrático encontraram aqui um terreno simbólico, cultural, jurídico-institucional e material bastante distinto, reagindo muitas vezes como obstáculo intransponível para a absorção dos novos valores. Pelo lado da política e da organização do Estado, as dificuldades enfrentadas eram as de como compatibilizar um ideário e uma simbologia homogênea nacional com o pragmatismo da dominação dos poderes regionais e locais caudilhistas? E, pelo lado econômico-jurídico universalista, as dificuldades eram de como se fazer valer a liberdade individual e a cidadania com o escravismo e outros tipos de servidões e diferenciações raciais e sociais? A dialética entre o novo (institucional e ideológico) e o velho (a realidade crua dos fatos, as relações tradicionais de dominação) veio a se constituir talvez no mais importante problema estudado pela nossa historiografia. O novo dificilmente poderia se implantar sem a superação em profundidade do velho; ao contrário do que se deu, com um trânsito suave e cheio de compromissos, no qual se carregava muito do velho para a nova realidade, a ponto de transformá-la numa cobertura de antigas estruturas que resistiam e invertiam o sentido do novo assimilado. Foi assim que a literatura representou, entre outras, a de Machado de Assis: como esse novo era ao mesmo tempo velho, antigas estruturas cobertas por uma nova roupagem.

Entre a missão e a crítica

Desde o romantismo, foram colocadas para a literatura brasileira duas perspectivas: uma, ideológica, que correspondia também às aspirações da política





dominante, de afirmação da nova simbologia nacional, interessada inclusive no resgate e na construção de uma tradição que fundamentasse e desse consistência histórica à organização da nova nação e da sua identidade; e outra crítica, que tinha com a verdade literária o seu maior compromisso, como o de apreciar os efeitos da modernização, os novos termos da condição da vida na história, à medida que a literatura rompia com os cânones clássicos. Isto não quer dizer que podemos logo classificar os autores segundo a opção que fizeram por uma ou outra perspectiva e se alinharam a elas, e menos ainda que essa opção tivesse determinado a qualidade das suas obras. Alguns autores tiveram um pé em cada uma, como José de Alencar, autor ao mesmo tempo de *O Guarani* e *Iracema* e de *Senhora* e *Lucíola*; outros, como Gonçalves Dias que participou como poucos da elaboração e promoção do *indianismo* e da busca de uma literatura americana, mas que foi, ao mesmo tempo, um autor decisivo para a constituição de um novo ponto de vista para a literatura brasileira³. Os seus *Primeiros cantos*, aproveitando-se do que a literatura europeia tinha de melhor e mais novo, procurou reescrever, a partir de uma suposta visão do índio e da colônia, o quanto foi também destrutivo o sentido da colonização europeia: “Vem trazer-vos algemas pesadas”, “Mesmo o Piaga inda escravo há de ser”. Com isso, ele procurava dizer o que tinha significado a colonização da perspectiva do homem da terra, que até então só havia sido apreciada pelas elites, que a viram apenas como cristianizadora e civilizadora. Porém outros, como Álvares de Azevedo, além dos devaneios românticos, buscavam já uma perspectiva, senão crítica, talvez mais realista, como pode ser pinçada no conjunto da sua obra, principalmente na sua poesia humorística, quando já antecipava aquilo que Machado iria chamar de “instinto de nacionalidade” e de “sentimento íntimo”, precisando como sendo aquilo que torna o autor “homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”⁴:

...essa polêmica secundária que alguns poetas, e mais modernamente o Sr. Gonçalves Dias parecem ter indigitado: saber, que a nossa literatura deve ser

³ Do que ele próprio tinha consciência, de que estava promovendo “uma espécie de revolução na poesia nacional”. É isto que ele escreve, segundo Wilton José Marques, num apontamento autobiográfico, provavelmente de 1854, escrito a pedido de Ferdinand Denis: “Fui para o Rio em 1846, em cujo ano apareceu o 1º volume de minhas poesias, *Primeiros cantos*. Algum tempo se passou sem que nenhum jornal falasse nesse volume, que, apesar de todos os seus defeitos, ia causar uma espécie de revolução na poesia nacional”. *Apontamentos*, Biblioteca Nacional, manuscrito s/d, citado por Wilton José Marques, *Poesia e Persistência*, pp. 22 e 23, tese de doutoramento defendida na Área de Literatura Brasileira da FFLCH da USP em 04 de abril de 2002.

⁴ Machado de Assis, “Instinto de Nacionalidade”, *Obra completa*, vol. III, Rio de Janeiro, José Aguilar Editora, 1973, p. 804.





aquilo que ele intitulou nas suas coleções poéticas – poesias americanas. Não negamos a nacionalidade desse gênero. Crie o poeta poemas indicos (sic) como o *Thalaba* de Southey, reluzo-se o bardo dos perfumes asiáticos como nas *Orientaes*, Victor Hugo, na *Noiva de Abydos*, Byron, no *Lallah-Rook*, Thomas Moore; devaneie romances à européia ou à china, que por isso não perderão sua nacionalidade literária os seus poemas⁵.

Essas duas perspectivas não se apresentaram logo de início como definidas e dividindo os autores entre uma e outra, ao contrário, elas apareceram misturadas e só lentamente foram se separando, voltando muitas vezes a se misturarem e a se separarem, oscilando com as conjunturas nacionais e internacionais. No processo de *constituição de um ponto de vista crítico na literatura brasileira*, Machado de Assis foi um marco, não só na sua constituição, como também na forma da sua realização. Simuladamente, sem deixar o leitor da época chocar-se com o fato de que era ele próprio e não um outro que estava sendo ali representado, mais nas suas misérias do que nas suas virtudes, porém com essas misérias encobertas sempre por um véu de compreensão afetuosa e simpática, tendo as suas brutalidades apresentadas como se fossem peraltices de meninos traquinas. Assim, sob a tutela do Imperador e benquisto pelos homens sérios do seu tempo, ele fez-se admirar enquanto autor, com uma atração parecida a que exerce o carrasco sobre a sua vítima. Também não queremos dizer que a partir de Machado as águas tenham se separado e esse ponto de vista novo consolidado. Ele apenas sobreviveu e continuou em alguns grandes escritores, como Mário de Andrade e Guimarães Rosa. Iniciado com José de Alencar, completa-se com Machado o que poderíamos chamar de *um ponto de vista da mercadoria*, só que, com eles, era um ponto de vista novo, cuja implantação e vigência o autor apreciava no plano das personagens, as quais oscilavam entre os valores da tradição, familiares e patriarcais, e os novos, os mercantis e do interesse (o que se pode ganhar em termos de riqueza, prestígio e poder a partir de cada gesto e de cada afeto). Já com Machado, sobrava para o autor apreciar a comédia com o riso da melancolia, aquele de quem não via outra saída a não ser um pequeno fundo de esperança, como o depositado “na mocidade”, pelo comendador Aires, reconhecendo neles o direito de “separar-se alegremente do extinto e do caduco”, dos mortos e dos velhos, mas para caírem em mãos incertas e, possivelmente, não menos tenebrosas. A transição de Alencar para Machado é a da personagem para o meio social: o que, em Alencar, era uma característica repulsiva de alguns indivíduos

⁵ Álvares de Azevedo, “Hispania”. In: *Obras completas*, 2^a T., org. de Homero Pires, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942, p. 340.



ou algumas personagens a ser censurada moralmente, essa de apreciar o mundo e agir a partir do ponto de vista do interesse pecuniário, em Machado já é um valor social dominante e assimilado, não causa mais estranheza, apenas é encoberto por um verniz cultural e de civilidade, para tornar mais satisfatória, mas também mais artificial, a convivência social: alguns podem agir por capricho e abusar da sua posição, porque já têm fortuna, geralmente herdada da velha acumulação senhorial escravista; outros são obrigados a agir por interesse, porque não a têm ou já a têm e querem mais, o que os leva ao abandono desse verniz de caráter; nessa assimetria, ninguém escapava nem se salvava, todos se amesquinavam ou deformavam enquanto sujeitos. Machado, numa cena do *Conto de escola*, que se situa no ano de 1840, procura representar como que o momento mesmo de passagem das relações mercantis dominantes já no plano da vida material para também o do universo espiritual, podendo ser compreendidos nele a educação, a cultura e a literatura. Isso ele o faz na cena em que Raimundo – o filho do professor Policarpo, e representação demoníaca da atração mercantil, que dá “à boca um gesto amarelo, que queria sorrir” – propõe a Pilar, o seu companheiro de classe, o pagamento de uma pequena moeda de prata se ele lhe explicasse “um ponto de lição de sintaxe”, o que poderia livrá-lo da palmatória, o castigo do pai-professor. A reação de Pilar, o futuro narrador, é dupla: por um lado, de forte atração pela moeda, e, por outro, de estranheza e repulsa por uma proposta tão inusitada, senão indecorosa. E o que lhe parecia mais estranho era justamente o fato extraordinário de transformação de uma lição ou um conhecimento numa mercadoria, num objeto de “negócio” e de “troca”:

Minha resposta foi estender-lhe a mão difarçadamente, depois de olhar para a mesa do mestre. Raimundo recuou a mão dele e deu à boca um gesto amarelo, que queria sorrir. Em seguida propôs-me *um negócio, uma troca de serviços*; ele me daria a moeda, eu lhe explicaria um ponto da lição de sintaxe. Não conseguira reter nada do livro e estava com medo do pai. E concluía a proposta esfregando a pratinha nos joelhos...

Tive uma sensação esquisita. Não é que eu possuísse da virtude uma idéia antes própria de homem; não é também que não fosse fácil empregar uma ou outra mentira de criança. Sabíamos ambos enganar o mestre. A novidade estava nos termos da proposta, *na troca de lição e dinheiro, compra franca, positiva, toma lá, dá cá*; tal foi a causa da sensação. Fiquei a olhar para ele, à toa, sem poder dizer nada⁶.

⁶ Machado de Assis, *Obra completa*, vol. II, Rio de Janeiro, José Aguilar Editora, 1974, p. 551 (grifos meus).



Porém, a história da literatura num país de estrutura colonial rígida e definições de personalidade tênues ilustra muito bem como as forças regressivas renascem a cada novo ciclo e têm de ser novamente enfrentadas. Mário de Andrade, em particular, e os modernistas, em geral, voltam a oscilar entre o olhar afetivo do país, tomados de simpatia pelo particular, e o crítico da voragem de um capital que não é contido pelos freios civilizatórios. Toda a obra de Mário, *Macunaíma*, *Contos Novos* e as poesias tanto têm um olhar afetivo e simpático para com as tradições populares do país, aquilo que ele via como a nossa “solaridade”, como se imbuí de uma crítica profunda das deformações da sua estrutura social e, conseqüentemente, dos indivíduos nela formados. Um conto como “O poço”, de *Contos Novos*, é uma das representações mais radicais das novas-velhas relações de classe, modernizadas com a expansão do café e a libertação da escravidão no Oeste de São Paulo. O que tinha sido abolido legalmente, com a outorga da liberdade aos escravos, permanecia ainda vivíssimo e atuante na cabeça de todos, proprietários e trabalhadores, enquanto mutilação da vontade do trabalhador e exacerbação da vontade e poder de mando do senhor, o que nenhuma lei vinda de mão beijada iria apagar.

A Revolução de 30 e a literatura

Os anos 30 foram fundamentais para a distinção entre essas duas perspectivas, embora, em muitos autores, elas continuassem ainda misturadas. Tomemos só o exemplo de Jorge Amado, para vermos como nele o pitoresco e o crítico se combinam como dois artifícios, criando uma literatura, de certa forma, constituída por dois exageros. Ora ela se deixa levar pelo pitoresco popular e patriarcal, ora o seu texto adquire o tom forte do discurso crítico e panfletário. Mas não é só ele, muitos outros não conseguiram evitar a atração das expectativas do público-leitor, formado e estimulado por um gosto de corte regionalista e nacionalista, em detrimento do compromisso com a investigação dos movimentos mais profundos vividos pelo sujeito no processo histórico. Os solavancos em termos de estragos sociais que produziam os ciclos econômicos vividos na periferia, decorrentes dos ajustes e das modificações ocorridas no cenário comercial internacional, agora, na década de 30, tornaram a literatura muito sensível às novas mudanças e aguçaram o seu olhar documental. A observação e a crítica dos movimentos mais dolorosos em termos sociais, como os da seca, do coronelismo, das migrações internas e externas, da exploração do trabalho, das doenças e da fome, mais visíveis e aparentes, desviaram muitas vezes a atenção do que se passava nas camadas mais profundas do sujeito na sua vivência histórica. Estar atento a isto, à rotina do cotidiano e da reificação que se aprofundava a cada passo com a “modernização” do país seria



abdicar da exceção e do politicamente solúvel, além de mais impactante para a comoção imediata do leitor. Poucos foram os que se detiveram no movimento corrosivo que se dava no dia-a-dia e do qual não escapava ninguém. Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Carlos Drummond, Dionélio Machado e Graciliano Ramos foram talvez os que mais se deram conta disso. Guimarães Rosa foi um dos últimos que, recusando-se à mistificação, embutiou nas dobras da sua literatura de aparências míticas e fantásticas uma alegoria do nosso processo histórico: o triste trânsito de uma realidade patriarcal para o mundo burguês da mercadoria, dominado por uma nova forma de encanto, só que, desta vez, um engano destrutivo e mortal: o fetiche da mercadoria. Isto está muito veladamente representado num dos romances de *Corpo de Baile*, na “Estória de Lélío e Lina”, que tem um fim duplo: a Jiní, a mulata escura de olhos verdes, como a personificação do próprio fetiche da mercadoria, ganhando autonomia e saindo da realidade patriarcal do Pinhém e indo reinar senhora “dona e mandona”, no seu novo reino da história, o “Estrezado”, o lugar do cansaço, do trabalho e dos dias que esgotam a vida do homem; e o milagre do encontro e reunião impossível do Sol com a Lua, de Lélío e Lina. Agora, nessa novela, o ponto de vista da mercadoria não está apenas encarnado numa ou noutra personagem ou como o valor reinante no meio social, mas também como uma espécie de fatalidade e condenação, de doença dum tempo corrosivo, a que ainda se pode resistir, só que através de outras alianças, promovidas pela reza e pelo milagre. É isto que faz do sertão um lugar ambíguo para Guimarães: embora esteja sempre ameaçado pela desordem e pelo informe do arcaico, por um lado, e pela soberania da mercadoria do moderno, por outro, nele ainda é possível o impossível. Foi o último escritor, talvez, que, diante da modernização que vinha e se anunciava, acreditava que ainda pudesse haver uma tábua de salvação civilizatória, ainda que milagrosa⁷.

O golpe de 64 e a desorganização da cultura

O golpe militar de 1964 e os atos institucionais pós-68 tiveram implicações profundas e trágicas na vida cultural do país: a desorganização de muitas das já poucas instituições culturais existentes, devido a proibições, censura, cortes de verbas, empastelamentos, perseguições e outros meios ainda mais violentos; a infantilização do povo, com a decretação da sua irresponsabilidade política e constitucional; a promoção da indústria cultural e a liberação aos meios de

⁷ Sobre o assunto, ver o ensaio de minha autoria “Irmão Lélío, irmã Lina: incesto e milagre na ‘ilha do Pinhém’”. In, *Estudos Avançados*, 42, revista do IEA/USP, maio-agosto de 2001.



comunicação, principalmente às redes de televisão (veículo, no Brasil, de sustentação essencialmente publicitária), do poder de formação e de manipulação da opinião; o debilitamento do sistema de ensino público básico e médio, com o desmantelamento, na prática, do antigo corpo de professores, formado a duras penas; e a fragilização do ensino universitário, com as cassações e aposentadorias de professores, muitas das suas melhores formações. Os resultados disso, que significaram a retomada de um processo de estratificação e elitização social e cultural, que havia sido um tanto quanto revertido com as políticas sociais e culturais pós-Revolução de 30, repercutiram também gravemente na nossa literatura. O escritor, que tinha tido a pretensão de um dia vir a ser adotado pelo povo, pelo *leitor* – as políticas culturais e educacionais do período chamado de nacional-desenvolvimentismo, de alguma forma, propunham-se a criar uma ponte entre o escritor e o povo, aproximando um do outro –, agora, passaria a visar principalmente o *consumidor*, sendo intermediado pela empresa comercial e publicitária. O escritor (poeta, romancista, cronista, dramaturgo, ensaísta), até então, buscara na literatura não tanto uma fonte de renda, pois isso era quase impensável, a não ser para alguns poucos, como José Lins do Rego, Jorge Amado e Érico Veríssimo, por exemplo⁸. Ele era na maior parte funcionário público, diplomata, professor ou então profissional liberal, médico, advogado, jornalista, que procurava na literatura mais a confirmação do próprio talento e, com isto, o reconhecimento e o prestígio, do que fazer dela uma fonte de renda⁹. Entretanto, a partir de 30, uma nova perspectiva para o escritor

⁸ O que Mário de Andrade escreve numa carta a Manuel Bandeira é ilustrativo do que procurava o autor com o livro, ainda no final da década de 20. Para ele, o atrativo do ganho econômico é visto ainda com uma certa censura. Para expressá-lo, ele usa o termo *gadanhar* em vez de *ganhar*, termo que vem de *gadanho*, garra de ave de rapina: “Mas meu caso agora é que o *Ensaio [sobre a música brasileira]* custa 6 contos a edição e careci de campear editor. Achei um na casa Chiarato que pelos elogios que tenho feito pra ela, justos, por estar editando as músicas de Mozart Camargo Guarnieri (mocico aparecendo, 21 anos, aluno de composição do Lamberto Baldi e bastante aconselhado por mim na orientação estética, sem ser aluno meu), a casa acho que ficou um bocado comovida e aceitou editar o *Ensaio...* eu não ganhando nem um vintém por essa edição de 1000 exemplares, tendo 15 exemplares pra mim, e me obrigando a entregar pra mesma casa meu *Compêndio de história da música* !!! Não venha me passando pito porque é inútil, tá resolvido, tá feito e eu aceitei assim porque não é mesmo com o livro que pretendo *gadanhar* quatrini” *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*, org. de Marco Antonio de Moraes, São Paulo, EDUSP, 2000, p. 400 (o último grifo é meu).

⁹ Possivelmente, respondendo a insinuações como a da nossa epígrafe, extraída de um artigo de Antonio Callado, de 1951, Drummond, numa crônica recolhida no seu livro *Passeios na ilha*, de 1952, excelente tanto pelo valor literário quanto pela apreciação de fundo histórico, fala de como a literatura brasileira era uma “literatura de funcionários públicos” e de “literato funcionário”, porém sem ver nisso nada de negativo, ao contrário. Era justamente o que lhe



já se formava. Graciliano Ramos, que vivia do que publicava e diante do sucesso de alguns escritores do momento, aceita com um realismo muito pragmático que a nova literatura fosse tomada como uma mercadoria e usa a metáfora do comércio para falar da relação do escritor com o leitor e do ressentimento que isso gerava por parte do que ele identificava como representantes da velha literatura: “O fabricante que não acha mercado para o seu produto zanga-se, é natural, queixa-se com razão da estupidez pública, mas não deve atacar abertamente a exposição do vizinho. O ataque feito por um concorrente não merece crédito, o consumidor desconfia dele”¹⁰.

Foi no oco do chamado “vazio cultural” da década de 70 que a literatura tendeu a se tornar um meio de busca do sucesso e, com ele, do best-seller, e ocorreu a sua transformação numa atividade razoavelmente lucrativa. Isso não quer dizer que a mesma motivação não tenha havido antes, apenas não tinha sido a sua dominante, como acontecia agora. A história da literatura brasileira, dos últimos 30 anos, está muito mais marcada pelos sucessos editoriais do que pelo aparecimento de obras significativas, em quase todos os campos, a não ser, talvez, no ensaio acadêmico¹¹. O que permitiu a este um maior desenvolvimento, mantendo um ponto de vista crítico e mais desprendido das exigências do mercado (embora nem sempre tenha sabido se proteger das atrações das modas e dos poderes do momento, militares ou civis), foram as universidades públicas, como o último refúgio, inclusive da liberdade de pensamento e de crítica. (Estas, porém, sofreram duramente com a política educacional dos governos de Fernando Henrique Cardoso, que tentou por todos os meios tornar o ensino um *serviço comerciável*, substituindo o objetivo de formação do sujeito pelo de instrução em habilidades.) As poucas obras literárias

permitia livrar-se da perspectiva mercadológica e empenhar-se mais a fundo no seu compromisso propriamente literário. Ele diz: “O emprego do Estado concede com que viver, de ordinário sem folga, e essa é condição ideal para bom número de espíritos: certa mediania que elimina os cuidados imediatos, porém, não abre perspectiva de ócio absoluto. O indivíduo tem apenas a calma necessária para refletir na mediocridade de uma vida que não conhece a fome nem o fausto; sente o peso dos regulamentos, que lhe compete observar ou fazer observar; o papel barra-lhe a vista dos objetos naturais, como uma cortina parda. É então que intervém-lhe a imaginação criadora, para fazer desse papel precisamente o veículo de fuga, sorte de tapete mágico, em que o funcionário embarca, arrebatando consigo a doce ou amarga invenção, que irá maravilhar outros indivíduos, igualmente prisioneiros de outras rotinas, por este vasto mundo de obrigações não escolhidas”. “A rotina e a quimera”. In, *Obra completa*, Rio de Janeiro, Companhia José Aguilar Editora, 1967, p. 671.

¹⁰ V. Graciliano Ramos, “Norte e Sul”. In: *Linhas Tortas*, 2^a ed., São Paulo, Livraria Martins, 1967, p. 141.

¹¹ Um esboço avaliativo da produção artística e cultural desse período posterior a 68 foi feito por Walnice Nogueira Galvão, no artigo “Musas sob assédio”. In, *Mais! Folha de São Paulo*, de 17 de março de 2002, pp. 4-11.



relevantes que surgiram nestas últimas décadas foram, na maior parte, de autores formados pelo contexto anterior e que continuavam vivos e produzindo, como Carlos Drummond, Pedro Nava e João Cabral. O que passa a ocorrer então é o aparecimento de autores de um ou dois grandes sucessos de venda, consumidos enquanto novidades, e uma sucessão de livros medíocres, particularmente nos gêneros do ensaio-reportagem, da biografia e do romance, competindo em vendagem algumas vezes com os livros de auto-ajuda, curiosidades e culinária. Pode-se dizer, então, que nesse tempo *o ponto de vista da mercadoria emigrou das personagens e do processo histórico para a cabeça dos autores*, e uma das pontes mais importantes desse trânsito foi um grupo de escritores, dentre eles, o mais importante talvez tenha sido Rubem Fonseca (sem entrar de modo algum no mérito literário da sua obra). Esse grupo procurou substituir a tradição literária européia, que tinha sido no Brasil a fonte principal de referência (quando não de simples imitação) para o seu desenvolvimento, pela mais comercial americana, como a dos romances policiais, principalmente, com a expressão literária rebaixada para ser melhor aceita pelo leitor comum. Isso não se deu sem grande perda de memória, de compromissos sociais e éticos, de qualidade literária, argúcia crítica e investigativa e experimentação estética. Primeiro, procurou-se “esquecer” grande parte das conquistas da tradição literária, inclusive das do país, e aproveitar-se apenas das que mais convinham para a criação do mercado de leitores; optou-se por vincular-se com os gêneros ou subgêneros literários que já haviam garantido sucessos comerciais na praça americana e européia, como o histórico-satírico, o policial e o autobiográfico, que explorava o grotesco, o *thriller*, a modernidade dos costumes jovens, a droga, a violência e o sexo. Isto não exclui que fosse também uma demanda da própria nova realidade social e institucional embrutecida e embrutecedora, gerada pela forma de desenvolvimento dos governos militares na década de 70 e continuada posteriormente. Porém, romper com a vertente crítica do passado literário garantia o descompromisso e a liberdade para explorar no novo mercado aqueles gêneros que já tinham sido testados em outros maiores. A busca da expansão do público-leitor justificava o rebaixamento da qualidade e o abandono da visão crítica e reflexiva, o que facilitava também ao leitor o acesso à nova literatura. Criava-se um novo compromisso entre o autor e o leitor, promovido e intermediado pelas editoras e veículos culturais/comerciais, afinados com a indústria do entretenimento, tendo mais ou menos implícito que, para o leitor médio, bastava o escritor médio e a literatura média; para isso muitos autores se dispuseram ao próprio sacrifício e automutilamento do espírito, adequando-se à situação, como se tudo devesse ser dado de imediato, para quem buscava a distração e passar o tempo, sem ficar nada

106 • ESBOÇO PARA O ESTUDO DO PONTO DE VISTA DA MERCADORIA





para segundas leituras e novas descobertas. A rasura impôs-se e se transformou em padrão do chamado livro descartável, aquele que não mais criava acervo, tradição e continuidade, entre outras coisas, porque não pretendia nem podia também continuar nada. E mudou o ritmo e o sentido da leitura, ela ganhou velocidade e imediatez, o que significava que, de reflexiva, exigindo do leitor referências e o máximo de atenção e sinceridade para o próprio reconhecimento, ela transformava-se em motivo de divertimento e esquecimento de si, enfim, num termo que tem sido muito pouco usado nos últimos tempos: *alienante*. E aqui o termo se emprega no sentido mais humanístico possível: naquele de alguém que deixa de se preocupar com o significado do humano e de se perguntar pelo sentido da própria vida no seu mundo social, sentimento de “homem do seu tempo e do seu país”, como dizia Machado, para procurar apenas passar sossegadamente ou ludicamente o tempo. Para isso abriram-se vários campos, como o místico, o histórico, o exótico populista nacional e até o documental da dura realidade das periferias e da violência policial. Faltou porém ao autor voltar-se para si mesmo e olhar-se na sua metamorfose: ter-se tornado um sujeito em busca de distração e esquecimento, atraído e cativo da luz que cega das imagens coloridas e brilhantes, como as da televisão, com quem ele aprendeu fundamentalmente a esquecer e produzir esquecimento.

A catástrofe neoliberal

O que, de novo, não se quer dizer que não tenha havido autores que resistiram a isso; houve, mas a tendência foi a de se tornarem apenas marginais da literatura consumida, principalmente quando não aceitaram a confusão entre uma coisa e outra, quer dizer, o apelo comercial e a visão crítica do sujeito. Durante esse tempo, obras de efetivo valor literário foram vendidas como *best-sellers*, assim como obras encomendadas para serem *best-sellers* foram promovidas como tendo alto valor literário; nem a crítica literária escapou desse processo, quantas vezes não se deixou usar, principalmente na forma de resenhas, como artigo de publicidade e vice-versa, quantos comentários sem nenhuma consistência não foram e são veiculados pelos grandes órgãos da imprensa vestidos de apreciações literárias abalizadas. Complementando uma canção popular – que geralmente só diz metade da verdade – sobre um camelo que vendia “algodão por veludo”, podemos dizer também que algum veludo foi vendido por algodão nesse tempo.

Desse modo, por alienação, quer se entender aqui principalmente como a perda da memória, a destruição ou mistificação do passado, a rendição cínica ao dado, a satisfação conformista com o presente e a eliminação da crença na possibilidade de um futuro diferente. Se isso é uma tendência mundial, nas nações periféricas há



um agravante, que é a não-existência de um colchão protetor de resistência civilizatória à corrente avassaladora do mercado, como o que possuem as nações avançadas européias, a norte-americana e algumas orientais. É esse colchão que garante a memória às novas gerações, de modo a se formarem como homens também com outros parâmetros além do pobre presente, onde apoiarem as suas aspirações de futuro. Faltam-nos ou foram muito enfraquecidos, com o recuo do Estado das funções públicas e redistributivas, os poucos sistemas públicos civilizatórios que tínhamos, como: um sistema escolar e universitário público consistentes; políticas e organismos de preservação arquitetônica das cidades e monumentos históricos; uma rede de arquivos, bibliotecas e museus; uma política efetiva de criação de teatros, salas de concerto, cineclubes e praças públicas para encontros e espetáculos culturais, com as respectivas companhias de representação e orquestras. Aqui são em número muito reduzido esses equipamentos educacionais e culturais que as sociedades burguesas européias conseguiram desenvolver e manter para se realizar um tipo de compensação ao poder corrosivo e nivelador da mercadoria, de modo a preservar o humano como um ser com memória e passado, capaz de lembrar e comparar os tempos, para não se perder no presente eterno das necessidades imediatas e materiais, como os novos bichos consumidores. Somente esse contato, possibilitado por tais instituições públicas, com o patrimônio cultural, literário e artístico, do passado e do presente, é que poderia permitir a uma coletividade, reagindo a ele e procurando continuá-lo ou modificá-lo com novas realizações, formar *ativamente* alguma identidade, como a de um grupo maior do que a paróquia e o time de futebol, mas menor também do que a do cosmopolitismo abstrato e inespecífico, como o das etiquetas da moda e das grandes corporações, as bandeiras da mercadoria, que, no Brasil, ameaçaram transformar-se também na da literatura. Felizmente, também é preciso dizer, hoje, quando as vias neoliberais se esgotam e começam a ser questionadas, e com elas o conformismo cínico pós-moderno, a literatura pode talvez sair do seu circo de espetáculos e malabarismos e ver que é melhor resistir, ainda que seja nas catacumbas¹². É esse o desafio colocado hoje no plano da cultura para a sobrevivência da identidade nas nações periféricas, que, mais do que nunca, exige memória, esclarecimento e consciência crítica. Enquanto isso, no remanso, talvez o melhor seja também deixar-se estar como os zebus de Guimarães Rosa, que “ainda no escuro, no descambar da noite, estavam lá deitados, calados juntos, todos espiando para um lado só, esperando o romper da aurora. Esperavam sem esperanças”.

¹² V. de Alfredo Bosi, *Literatura e resistência*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

RONCARI, Luiz. Esboço para o estudo do ponto de vista da mercadoria na literatura brasileira. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.17, 2003, p.96-108.

Palavras-chave: Mercadoria; Literatura brasileira; Revolução de 30; Golpe de 64.